

Reflexões Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no Contexto da Reprodução Camponesa no Município de Lagoa Seca-PB

Jamerson Raniere Monteiro de Souza¹
Denize Maria Leal Ramalho²

Comentado [R1]: Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples, alinhado à direita

Nota de Rodapé com Filiação institucional e endereço eletrônico para cada autor.

Comentado [J2R1]:

Resumo

A pesquisa objetiva discutir as formas de resistência e adaptação da agricultura camponesa em Lagoa Seca - PB, destacando o papel desempenhado pelo PAA. O trabalho resgata o debate clássico e atual sobre a desintegração do campesinato versus sua possibilidade de reprodução/recriação. Ressalta os impactos das políticas públicas do governo federal no tocante à reprodução/recriação da agricultura camponesa. De modo particular analisa a ação do PAA em Lagoa Seca - PB como alternativa a este processo. Utilizaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; pesquisa documental sobre o programa; levantamento dos dados censitários; e pesquisa de campo que compreendeu: visitas às unidades de produção e de comercialização; realização de entrevistas semiestruturadas com: produtores familiares, atravessadores e responsáveis pelo programa no município.

Palavras-chave: PAA, Reprodução, Campesinato.

Introdução:

Apesar da histórica negação dos seus interesses no Brasil por parte do Estado e das exigências da “moderna” sociedade de mercado, a agricultura de base camponesa permanece se reproduzindo territorialmente, sendo extremamente importante para alimentar o mercado interno deste país e para assegurar a ocupação de um número significativo de pessoas (OLIVEIRA, 2013). Portanto, contrariamente a forma de pensar de alguns pesquisadores que previram o desaparecimento do campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo, ele permanece, sob sua estrutura contraditória e instigando à investigação de vários pesquisadores que se debruçam sobre suas características. Esta relação desafia a entender como a produção e a reprodução territorial camponesa tem se reinventado e se readaptado historicamente as mais diversas e perversas faces desse sistema no tempo histórico e sua capacidade de luta e resistência.

Existem dois aspectos que é preciso considerar para que o camponês consiga se reproduzir frente ao sistema capitalista e sua hostilidade hegemônica: a *resistência* que está

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, jamerson_raniere@hotmail.com

² Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande, denize_ramalho@hotmail.com

ligada aos processos que possibilitam ao camponês permanecer na terra produzindo, mesmo nesse ambiente tensionado pelo capitalismo pelas mais diversas frentes. E a *recriação*, por sua vez, está relacionada as diversas formas de adaptação e readaptação encontradas pelo camponês como estratégia para continuar resistindo, num redesenho constante, até ele ser expropriado da sua condição. Resistência e recriação são processos construídos historicamente, profundamente imbricados numa simbiose que se retroalimenta e que se fundamentam pelos mais diversos prismas da vida social, como o antropológico, sociológico e geográfico.

Entende-se que a resistência e a recriação são inatas a própria organização interna do campesinato, frente aos diversos modos de produção, e são estes processos que permitem ao campesinato resistir historicamente (FERNANDES, 2000). Essas estratégias, tomadas de forma consciente ou não, se traduzem em diversas formas de luta que são necessárias para permanência do camponês na terra produzindo e se reproduzindo até os dias atuais. Esse processo histórico de cunho hereditário denomina-se reprodução camponesa e está baseada na interação constante do trinômio família-terra-trabalho. Na verdade, a agricultura camponesa resiste e se recria em todo o mundo, em diferentes formas de organização, e diversos graus de articulação com o mercado, consistindo-se em um fenômeno complexo e de difícil mensuração. Aliás, aponta-se também que, quando organizada, esta atua como força política em diversas sociedades (WOLF, 2003). Principalmente se voltando contra as formas de exploração das forças hegemônicas do capital. Em todo o globo, as formas de resistência camponesa são negadas e fortemente reprimidas pelo Estado e pelas elites locais, a violência dos conflitos é negligenciada, lideranças camponesas são perseguidas e criminalizadas e esses movimentos são marginalizados pela mídia.

No Brasil, apesar das particularidades regionais existentes, pela dimensão continental e pela heterogeneidade das formas de produção, os dados do censo agropecuário do IBGE de 2006, último até então no Brasil, aponta para essa significação. Segundo eles, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de caráter familiar³, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Muito embora esta quantidade seja bastante expressiva em termos

³ O censo agropecuário de 2006 do IBGE dividiu o universo agrário brasileiro entre estabelecimentos familiares e não familiares com base na Lei nº 11.326/2006. Um conjunto de dispositivos jurídicos que tenta enquadrar o que é a agricultura familiar, no nosso caso chamada de camponesa. Entende-se que o termo agricultura familiar tem caráter neoliberal, nesse caso ele compromete a universalidade das formas de agricultura camponesa existentes no Brasil bem como tenta ocultar o histórico de lutas estabelecidas pelos camponeses em diversas partes do mundo. O uso dos dados do IBGE são unicamente para levantar a importância dos dados oficiais.

de número dos estabelecimentos, a agricultura familiar utiliza 80,2 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Além disso, é, sem dúvida, o tipo de agricultura que mais mantém as pessoas ocupadas no Brasil. Foram registradas 12,3 milhões de pessoas vinculadas a esse tipo de organização, representando 74,4% do pessoal ocupado no setor agropecuário nacional. Apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da alimentação do nosso país (EVANGELISTA, 2000). Embora haja uma tentativa de negação por parte de uma direita agrária, alguns órgãos oficiais como o Portal Brasil (2015) divulgam a informação que a mesma produz 70 % dos alimentos consumidos no Brasil.

Entretanto, nesse quadro se revela a subserviência histórica do Estado brasileiro no seu irrestrito apoio em manter a intocável divisão fundiária e o compromisso assumido em manter o território sobre o controle das oligarquias, que o controlam desde os tempos coloniais, e que tentam se provar a todo custo mais produtivas. A não resolução da questão agrária desse país se reverbera nos mais distantes confins, traduzindo-se em conflito, violência e expropriação. Ao mesmo tempo que esses dados impelem ao Estado brasileiro a sua característica de dependência desse tipo de atividade para a sua soberania alimentar e a necessidade de transformá-la em política de Estado, este tipo de agricultura resiste e se recria em meio a um processo contínuo de exploração. Esse país historicamente não ofereceu a esta população o acesso a uma vida digna, sendo estes muitas vezes relegados à própria sorte da economia competitiva de mercado e condenados a viver de forma precária ou a migrar em direção as grandes cidades, formando um conjunto de mão de obra barata nas periferias urbanas. Esta relação é que os leva, na maioria das vezes, a depender das políticas públicas de transferência de renda direta, destinadas a prover principalmente a alimentação, ao mesmo tempo em que produzem alimentos para sustentar o país. Esta contradição está no âmago do problema, pois provoca a sujeição dos camponeses as elites que controlam a burocracia estatal. Estas que dependem dessa situação para a perpetuação no poder.

Essa pesquisa se submeteu a um tempo de grandes incertezas, conviveu simultaneamente com golpe de Estado e grandes mudanças no cenário político e econômico do Brasil e mundial. Vive-se tempos difíceis para a agricultura camponesa. Não há como prever os precedentes gerados sob a ruptura democrática registrada no ano de 2016. O que se sabe até então é que muitos dos direitos adquiridos nos últimos anos, construídos sob a égide da luta

incansável dos movimentos sociais, estão sendo retirados de forma rápida e sorrateira, sob alegações vãs e notadamente controversas. Os rebatimentos desta situação têm influenciado significativamente na perda de representação política, o que provoca a fragilização e a deterioração das conquistas sociais. Com efeito, caminhos e possibilidades sugeridos por políticas públicas tomados nos últimos anos estão sendo desfeitos o que provocará, provavelmente, retrocessos.

Preterida historicamente pelo Estado brasileiro, a agricultura camponesa se vale da pressão dos movimentos sociais organizados, que têm historicamente exigido ações que forneçam melhores condições para os pequenos produtores, não destruindo o seu modo de vida, nem os subordinando aos interesses das grandes transnacionais. Na verdade, políticas que se destinem a proporcionar maior autonomia para estas populações, para que possam se reproduzir em situação mais equânimes de renda. Entretanto, o Estado brasileiro age de forma a reprimi-las, deturpando-as e conformando interesses. Na verdade, este responde às pressões com assistencialismos, remédios paliativos que reforça a tendência histórica de comprometimento com o capital e manutenção do *status quo*. Como no caso da lentidão eterna do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e no produtivismo ineficaz do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Mais recentemente com o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), onde se imaginava uma maior abertura a Reforma Agrária, o governo respondeu com uma política de aquisição de alimentos através do fortalecimento do mercado institucional.

A política de Aquisição de alimentos

A política estatal de aquisição de alimentos, assim cunhada por nós, se refere a adoção por parte do Estado de ações que visam comprar alimentos diretamente da agricultura camponesa, garantindo aos pequenos produtores a compra de parte da sua produção com vistas a melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda e da merenda escolar. Duas políticas se destacam quanto a este aspecto:

- a) O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); criado em 2003 pelo governo federal, através da lei 10.696/2003:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. (Regulamento)

§ 1o Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.

§ 2o O Programa de que trata o caput será destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, ficando dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais.

§ 3o O Poder Executivo constituirá Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para a operacionalização do Programa de que trata o caput.

§ 4o A aquisição de produtos na forma do caput somente poderá ser feita nos limites das disponibilidades orçamentárias e financeiras.

b) E também o PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar) que existe desde 1955, mas determinou através da Lei 11.947/2009 que:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Estas políticas públicas de alguma forma movimentam a posição dos sujeitos sociais envolvidos quanto as suas territorialidades, através da comercialização. É inegável que houve uma mudança considerável no campo a partir do desenvolvimento do mercado institucional que garantiu um canal alternativo aos atravessadores⁴, melhores preços que o mercado,

⁴ Utilizaram-se os termos “atravessador” e “intermediários” como equivalentes, para designar os comerciantes que podem ser pessoas ou instituições que compram a mercadoria direta do produtor e a revendem para o consumidor final ou para outros estabelecimentos e que são bastante comuns no comércio da agricultura familiar da maior parte dos municípios da Paraíba. Boa parte deles se aproveita da vantagem de obter um transporte de carga, o que facilita a sua locomoção para feiras e supermercados de outras cidades maiores.

possibilidades de planejamento, incentivo ao associativismo e a agroecologia e etc. Dando-lhes assim, formas de poder diferenciada que repercutem na produção. Além disso, pode-se falar não apenas em contribuições materiais para o pequeno agricultor, mas de contribuições profundamente subjetivas, sobretudo, porque inaugura uma nova forma de pensar o papel do Estado em garantir a produção aos camponeses e a alimentação de um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade, partindo do próprio Estado. Contrariando, portanto, a política creditícia predominante até então. Entretanto, todos esses avanços não respondem satisfatoriamente ao grande problema do campo brasileiro, que é a questão fundiária. Na verdade, os números mostram que pouco se fez com relação a isso. Aliás, esses paliativos foram fundamentais para esfriar os movimentos sociais e dividir a esquerda agrária brasileira nesse período.

O duro golpe

As pressões dos setores mais conservadores do campo, sobretudo, dos que defendem os interesses da hegemonia do agronegócio e que tem ampla representatividade política, foram fundamentais para a ruptura da ordem democrática e para a construção de um golpe que movimentou diversos setores da direita brasileira. E esse acontecimento provocou um horizonte perverso por desvendar, para começar o anúncio de vultosos cortes de orçamento na agricultura camponesa, alteração de leis importantes, políticas públicas extintas, ministérios cortados e perseguições sendo anunciadas. Além disso, passaram a ser votadas grandes pautas que estavam engavetadas há vários anos por representar alto teor de perversidade, como as grandes reformas no campo trabalhista e previdenciário que só prejudicarão a parte mais frágil da relação e mais pautas sendo anunciadas. Nesse contexto, da iminência da perda do mandato, a esquerda agrária se viu na responsabilidade de não perder aqueles que seriam “avanços” do governo petista.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que o governo petista se mostrou profundamente contraditório ao tentar sustentar o casamento calejado com os movimentos sociais, vestindo o boné do MST em diversas ocasiões, orquestrando com os paliativos anestésicos das políticas públicas assistencialistas a manutenção de uma base de sustentação popular. Ao mesmo tempo, mantinha como amante o agronegócio, nomeando para o ministério

da agricultura seus representantes ferrenhos, financiando através dos bancos estatais a roubaheira espúria dos grandes frigoríficos e vendendo o etanol e a manutenção da sua estrutura oligárquica para o mundo, com o discurso da energia limpa e sustentável, apenas para citar alguns exemplos. O governo só não contava que ao invés de ser amante, o agronegócio queria ser a mulher e não daria ao campesinato sequer o direito de ser a concubina.

Sabe-se, portanto, que esta política não respondeu satisfatoriamente aos problemas centrais do campo brasileiro, não diminuiu, por exemplo, a desigualdade fundiária, que seria uma conquista muito mais difícil de ser dissolvida. Nem mesmo, a violência da fronteira agrícola sobre os povos tradicionais; a grilagem; o trabalho escravo; degradação ambiental; a estrangeirização; a caça, o desmatamento e o garimpo predatórios; dentre outros. Então é preciso responder duas perguntas: 1- Por que a política de Aquisição de Alimentos teve esse efeito anestésico sobre as pressões do campo? 2- Ela representa o problema e deve ser extinta?

A resposta para a primeira pergunta é porque embora não resolvendo os problemas centrais do campo brasileiro, ela representou um avanço em relação as ações tomadas pelos governos anteriores, que investiram de forma seletiva e equivocada na política creditícia, gerando enormes problemas, sobretudo, para os nordestinos. Na segunda questão, entende-se que a política de aquisição de alimento não representa o problema, porque não se trata de um caso semelhante com a tão conhecida parábola da vaca e do precipício. Entende-se que a política de aquisição de alimentos é extremamente importante, principalmente se for auxiliar de uma política de reforma agrária profunda e verdadeira que modifique substancialmente a estrutura fundiária brasileira. Por isso, o campesinato historicamente tão explorado e tensionado, se vê na obrigação de brigar por qualquer que seja a contribuição para a sua reprodução, mesmo de uma mediação tão pequena do Estado.

Nesse caso para entender a realidade fática da política de aquisição de alimentos no Brasil é preciso campo. Diferentemente da região sul do Brasil, onde a agricultura camponesa apresenta graus de organização bem diferenciados, como uma estrutura de cooperativas que permitem investimentos muito maiores, acesso ao crédito e a assistência técnica, o campesinato do nordeste, sobretudo o paraibano, é marcado pela alta dependência. Ele concentra alto grau de precarização, no qual muitos agricultores não tem sequer o título de suas terras por isso não tem acesso a crédito, nem assistência técnica e nem mesmo a possibilidade de participarem das políticas públicas do governo. Por isso, a maior parte dos problemas enfrentados pela agricultura camponesa no Brasil não podem ser estudados de forma generalizada.

Avaliações sobre o PAA

Desde o surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos houve diversas avaliações sobre o mesmo nos mais diversos lugares do Brasil. Alguns destes trabalhos merecem destaque, embora a maioria deles se baseie em uma concepção mercadológica, estes trabalhos demonstram os efeitos positivos do programa para os agricultores camponeses. Em Delgado, Conceição e Oliveira (2005, 2015), é feita uma avaliação formal do programa. Os autores destacam a recuperação dos preços das mercadorias que beneficiam tanto os produtores diretos como os benefícios indiretos daí decorrentes.

Um aspecto que muitas vezes não é considerado nas análises sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – além do apoio à produção para o autoconsumo, do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo – são os benefícios indiretos advindos da recuperação dos preços recebidos pelos produtores. Isso tem ocorrido tanto nos locais de abrangência dos pólos de compra da Conab quanto nos demais, onde são realizadas as compras institucionais através dos convênios firmados pelo MDS com os estados e as prefeituras municipais. Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários. (DELGADO, CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2005, p. 18).

Para Miller (2007), a agricultura familiar encontra no governo Lula um novo redirecionamento. A autora destaca uma característica diferente do PAA em relação ao PRONAF. Isto é, para a implantação do PAA houve uma discussão mais lenta e mais aprofundada entre pesquisadores, políticos e movimentos sociais. Essa composição resultou em um programa que inter-relaciona agricultura familiar, abastecimento e segurança alimentar.

O PAA traz elementos em sua concepção que apontam para um redirecionamento do entendimento sobre o papel que a agricultura familiar exerce no desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente nas perspectivas de desenvolvimento mais equitativo, com a incorporação de setores excluídos da economia e com a valorização dos agricultores familiares enquanto atores. O acompanhamento da evolução destes temas na esfera de debates sobre políticas públicas e mesmo de estratégias de desenvolvimento se faz necessário, para que as opções sejam feitas de maneira consciente e consequente. (MULLER, 2007, p. 119).

De fato, o governo Lula abriu portas para que alguns movimentos sociais que estiveram tradicionalmente fora do governo pudessem participar dos debates em torno das políticas públicas. Foi a permeabilidade do Estado brasileiro nesse momento que permitiu maior integração entre sociedade civil e Estado para se estabelecer as relações necessárias para novas roupagens nas políticas públicas.

Zimmermann e Ferreira (2008) fazem uma avaliação sobre os resultados do PAA, em Mirandiba - PE, e sublinha dentre os aspectos positivos do programa, a melhoria na qualidade de vida da população local:

Los resultados y evaluaciones del PAA indican que el programa ha tenido incidencia en la alteración de la matriz productiva y del consumo de la agricultura familiar menos capitalizada, bien como en la matriz del consumo de las entidades beneficiadas con las donaciones. Esto se debe a que muchos agricultores pasaron a darle valor/producir productos locales, aumentaron sus ingresos, calificaron su producción y el consumo doméstico al incorporar frutas y hortalizas a la dieta familiar. Los beneficios en términos del consumo también abarcaron a las entidades beneficiadas por los donativos, lo que resultó en una alimentación más saludable para la población victimizada por la inseguridad alimentaria. Los datos estudiados muestran que el programa arroja resultados numéricos significativos en recursos invertidos, así como en beneficiarios directos e indirectos. (ZIMMERMANN e FERREIRA, 2008, p. 38).

Para as autoras, no município, houve toda uma mudança da estrutura produtiva e do consumo dos produtores da agricultura familiar. Estes benefícios foram estendidos para os consumidores. Para elas, o maior benefício está na qualidade da alimentação, pois foi introduzida no cardápio uma maior quantidade de frutas e hortaliças. Essa conjectura tende a fortalecer a segurança alimentar que é um dos principais objetivos do programa.

Para Lauro Mattei (2015), um dos principais teóricos a estudar o PAA, dentre outros benefícios, o programa ajuda o agricultor duplamente: oferecer preços superiores aos de mercado e em manter um preço fixo.

Neste sentido, um dos aspectos mais citados pelos agricultores e suas organizações foi a possibilidade de organizar e planejar parte da produção a partir de uma lógica local, ou seja, a demanda dos mercados locais foi considerada um importante fator de estímulo à produção de vários tipos de alimentos que não estavam sendo priorizados no plano de atividades das unidades de produção. Paralelamente a isto, os agricultores passaram a ter um compromisso relativo à periodicidade de fornecimento dos alimentos às entidades credenciadas pelas coordenações locais, fato que os obriga a adotar uma estratégia clara em relação ao processo produtivo. [...] Outro ponto relevante diz respeito ao processo de definição dos preços dos produtos agropecuários, que possibilitou o estabelecimento de um preço “mais justo”, segundo a interpretação da maioria dos entrevistados. Este aspecto é essencial, especialmente para aqueles segmentos de agricultores mais vulneráveis e que geralmente têm pouco poder de barganha para defender melhores preços aos seus produtos quando conseguem se inserir nos mercados locais e regionais (MATTEI, 2015, p. 6).

Segundo o autor, surge a possibilidade de planejamento da produção por parte do agricultor familiar em escala local. Os agricultores familiares garantem a periodicidade de suas vendas de alimentos. Isso alavancou inclusive a produção de outros alimentos que sequer estavam na matriz produtiva destes municípios. Além disso, estes agricultores são beneficiados

por preços “mais justos”. Neste caso, este programa além de uma política agrícola também se justifica como política social, por fornecer uma renda a estes pequenos produtores.

Doretto e Michellon (2014) fazem uma análise dos resultados do programa no estado do Paraná. Eles ressaltam o aumento da rede de fornecimentos do PAA. O que gera para o pequeno produtor mais opções de mercado, conseqüentemente.

O Programa tem sido excelente para fortalecer a agricultura familiar e atender a demanda de escolas, creches, hospitais e outros que necessitam de alimentos saudáveis e em quantidade para o pleno desenvolvimento de suas funções acadêmicas e físicas. Vale ressaltar que o tempo de deslocamento (ida e volta) das crianças da área rural até a escola é grande, aliada à baixa condição de vida das famílias, logo, é justo servir merenda de qualidade, principalmente porque boa parte delas tem no período de permanência na escola o maior suprimento alimentar diário. (DORETTO e MICHELLON, 2014, p. 135).

Dentre vários benefícios destacados pelos autores, as escolas são favorecidas com o Programa. Crianças que, em alguns lugares do Brasil, levam muito tempo para chegar ao seu lugar de estudo e dependem de uma alimentação de qualidade podem ter acesso a ela. Estas crianças muitas vezes tem a merenda escolar como fundamental para suportar a jornada diária.

Nascimento Neto (2012) fez uma avaliação sobre o PAA, no próprio município de Lagoa Seca, tendo como pressuposto o desenvolvimento regional.

É perceptível que existem várias deficiências nas unidades familiares estudadas, pois carecem de necessidades básicas para a realização do trabalho e da produção como esterco, mão de obra e insumos, etc. O PAA não resolve todas essas deficiências, mas, segundo os agricultores, ele resulta em um auxílio satisfatório; até pela situação de vulnerabilidade econômica em que eles se encontram, qualquer impacto financeiro, mesmo não representando muito será sempre quantificado como acréscimo na renda. (NASCIMENTO NETO, 2012, p. 130).

Ele conclui que o PAA é um auxílio pequeno, mas que responde satisfatoriamente ao acréscimo da renda dos pequenos produtores. Ele destaca, dentre outros fatores, o fato dos agricultores fornecedores estarem em situação tal de vulnerabilidade que qualquer auxílio financeiro seria positivo. Nesse sentido, ele observa as carências produtivas das plantações e a falta de capitalização dos produtores. Vieira e Viana (2014) em uma pesquisa mais ampla em praticamente todos os estados do Brasil constatam diversos avanços, dentre eles a tendência à diminuição do fluxo de pessoas para grandes cidades.

O PAA pode estar influenciando os agricultores a alterarem suas estratégias de trabalho e alocação dos recursos financeiros e humanos. Segundo suas respostas nas

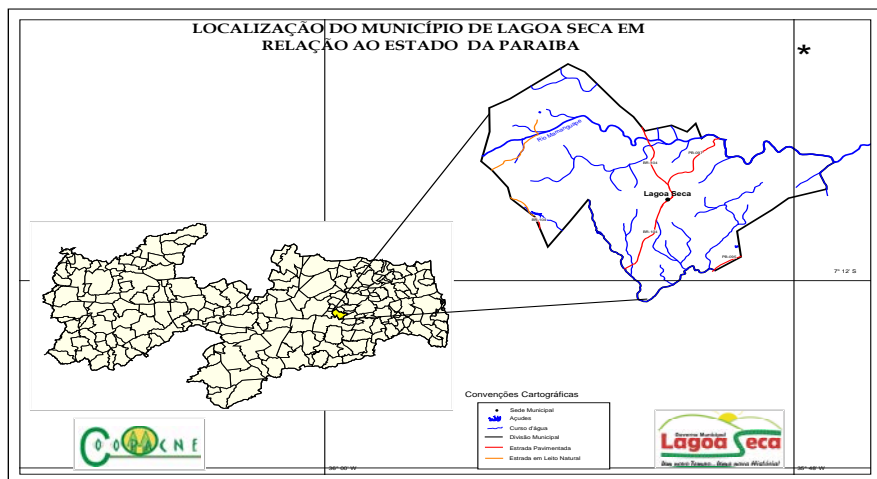
oficinas de documentação do PAA, os agricultores têm se voltado à produção agrícola, deixando de migrar para a cidade. (VIEIRA e VIANA, 2014, p. 8).

As autoras tentam fazer uma conexão entre o programa e o modo de funcionamento da agricultura familiar. Segundo as mesmas, o programa tem evitado o êxodo rural e tem incentivado que o agricultor continue produzindo, mesmo aqueles que já haviam deixado a atividade. Percebe-se que essa tendência se repete nos estudos de Grisa et al. (2011, 2015) e Andrade Júnior (2009).

O município de Lagoa Seca-PB

Para o município de Lagoa Seca situado no Agreste paraibano, na microrregião de Campina Grande, a agricultura camponesa se mostra extremamente importante, uma vez que diz respeito à reprodução da vida da maioria da população do município. Dos quase 30.000 habitantes (IBGE, 2010), aproximadamente 60% habitam a zona rural e têm a vida relacionada à atividade primária. Mesmo na zona urbana, são muitos os trabalhadores que trabalham direta ou indiretamente na atividade como boias-frias, carroceiros, sacoleiros, fretistas e atravessadores. No município estudado, as transformações na organização da produção familiar atingem diretamente ou indiretamente a maioria da sua população.

Figura 01: Localização do Município de Lagoa Seca



Fonte: COOPACNE/Prefeitura Municipal de Lagoa Seca-PB.

As formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar, bastante tradicionais, podem ser consideradas como um dos principais problemas enfrentados pelos produtores desse município. A ação dos atravessadores faz com que o preço praticado dos produtos no mercado eleve-se, de forma considerável, sem beneficiar o produtor. Este se vê cada vez com menos capacidade de manter sua unidade familiar. Em decorrência desta realidade, muitos agricultores estão sendo repelidos desta forma de atividade, transformando-se em mão de obra barata para serviços urbanos pesados que não careçam de instrução. Eles são relegados à sorte do chamado “trabalho acessório” para assegurar a sobrevivência, quando não há condições de garanti-la em atividades relacionadas com sua origem camponesa.

A dinâmica da comercialização da produção familiar de base camponesa no município se justifica pela importância que tem essa forma de organização produtiva no município, certamente um dos mais expressivos nesse aspecto entre todos os municípios paraibanos. As condições naturais favoráveis e a cultura sedimentada tem propiciado, historicamente, o desenvolvimento da produção de hortaliças e frutas, em pequenas unidades de produção de caráter camponesa. Essas características permitem identificar a produção do município estudado como tal.

A conjuntura geográfica do município, principalmente de clima e solo propicia condições bastante favoráveis ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Entretanto, em Lagoa Seca, a relação parece contraditória mesmo com condições bastante interessantes de desenvolvimento e aproveitamento econômico da produção familiar, o município tem sofrido a tendência do êxodo rural registrada em todo o Brasil, diagnosticada pelo IBGE (2010). Segundo esse censo, a população total era de 25.900 habitantes e destes 10.570 residiam na área urbana e 15.330 na área rural, respectivamente 40,8% e 59,2%, enquanto que no censo IBGE de (2000) o total de habitantes foi de 24.174 habitantes dos quais 8.112 viviam na área urbana e 16.042 viviam em áreas rurais, 33,6% e 66,4%.

No município a população rural vem diminuindo tanto em termos absolutos como em percentual na participação geral, considerando inclusive que, nesse intervalo de tempo, este não teve nenhuma área desmembrada e também nenhuma área nova considerada como zona urbana. Essa condição é interessante para pensarmos a nossa agricultura familiar. Segundo o censo agropecuário do IBGE de 1995/96, foram registrados 2200 unidades agrícolas, e no censo

agropecuário de 2006, foram registrados 1820, uma redução de 380 unidades o que representa uma redução de 15% nos estabelecimentos agrícolas.

Essa situação revela a necessidade das políticas públicas de aquisição de alimentos. Desse modo, através de entrevistas semiestruturadas com produtores beneficiados e não beneficiados pelo programa e responsáveis pelo programa no município, chegou-se aos seguintes resultados e discussões.

Resultados e discussões

Apesar de alguns estudiosos terem preconizado o desaparecimento do campesinato com o avanço do capitalismo na agricultura, ele permanece como uma realidade no campo brasileiro e em outras partes do mundo. A articulação deste com o próprio capitalismo e com outras formas de produção submete o campesinato a uma contínua necessidade de se reconfigurar para continuar existindo. Por sua vez, o campesinato encontra fases de regressão e avanço, sendo explorado pelo capital, mas se recriando em suas crises. Dizendo de outra maneira, o campesinato encontra na essência de crise do próprio capitalismo, espaço para se reproduzir, se readaptando às novas configurações impostas por este.

No Brasil, a agricultura familiar se mostrou durante muito tempo abandonada pelos órgãos de Estado. Esta conjuntura de omissão provocou sérios danos à estrutura das comunidades campestres. O abandono da terra devido à especulação para o grande capital, a dificuldade de continuar produzindo e a integração no mercado provocaram a desintegração de inúmeras unidades campestres cuja mão de obra foi absorvida precariamente pela indústria ou pelos serviços. Com isso, cresceram as áreas destinadas à agricultura patronal, voltada à produção de commodities ou para a produção de combustível no mercado interno.

Apesar dessa conjuntura, a agricultura familiar em vários municípios do Brasil, como Lagoa Seca, ainda envolve a maioria da população. Fruto de um campesinato desenvolvido historicamente da subserviência ao dono da terra, seja pelo foro, pela meação e outras relações de produção. Desenvolveram-se pequenas plantações que foram se constituindo como fonte de sobrevivência para sua população.

Entretanto, além da expropriação do camponês da terra que gerou, historicamente, um contingente muito alto no Brasil de pessoas sem terra, a comercialização em algumas áreas também se tornou um canal de expropriação do excedente camponês. Por isso, entende-se ser

necessário garantir acesso a canais de comercialização que permitam a manutenção da unidade familiar. Não adianta garantir a posse da terra, como, por exemplo, pelos assentamentos, se as condições de venda do excedente não forem asseguradas.

Embora tenha havido uma valorização pelo mercado dos produtos da agricultura familiar nos últimos anos, não há garantias de que o pequeno produtor seja o mais beneficiado com isso. O acesso dos pequenos produtores aos canais de comercialização foi diminuído. A comercialização foi perdendo espaço na jornada diária deste, que para conseguir algo mais teve de dedicar mais tempo à produção na unidade campezina. O atravessador tem se beneficiado, impedindo que o pequeno produtor ganhe com esse processo, e dominando o comércio se apropria de uma parte considerável do valor incorporado ao produto, sem ter na maioria das vezes despesas que justifiquem esta apropriação.

A relação de dependência ao atravessador deixa o pequeno produtor vulnerável. Como no município de Lagoa Seca, onde o comércio de hortaliças e frutas advindas da agricultura familiar fornece o maior acesso ao sustento destas famílias, há uma exploração severa através dos preços dos produtos. Em contraponto, na atual estrutura municipal, o atravessador é um elemento importante para que o pequeno agricultor consiga escoar a sua mercadoria.

O mercado institucional abre portas para que o agricultor saia desta relação de dominação, embora ainda não exista uma demanda para aquisição de grande parte dos produtos da agricultura familiar. O mercado institucional se revela importante para os pequenos produtores por garantir melhor proteção para eles. A concorrência desleal do mercado comum e a dependência demasiada do atravessador faz com que o produto baixe consideravelmente de preço, fazendo com que o pequeno produtor tenha que trabalhar ainda mais para sustentar a unidade familiar.

Há em parte dos agricultores uma resistência ao cooperativismo e à sindicalização, bem como em participar de associações rurais. O fato de muitos destes produtores não entenderem a relação de exploração a que são submetidos, pois em muitos casos a acessibilidade ao atravessador é a garantia de não perder o excedente de produção. Estes agricultores são muito menos articulados, o que dificulta a penetração e o conhecimento das políticas públicas.

Há uma diferença considerável na articulação e parceria dos agricultores não fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos e dos fornecedores. Os agricultores não fornecedores revelam isolamento e fragilidade. Já para os fornecedores há uma relação de politização diferenciada. A menor dependência do atravessador é importante no sentido de dar

maior poder de negociação para estes agricultores, onde há uma comercialização primária para os programas com pagamento garantido e mais seguro e uma comercialização secundária com o atravessador.

Na maioria das propriedades estudadas, os preços pagos pelo Programa de Aquisição de Alimentos são mais altos do que os pagos pelos atravessadores. A pesquisa feita pela CONAB é baseada em preços de feira, estes por sua vez são superiores aos preços pagos pelos atravessadores, que vão até as pequenas propriedades negociar. Por isso há uma relação de prioridade com relação ao programa, também satisfação e ganho do pequeno produtor. Essa diferença de preço possibilita a estes fornecedores uma consciência maior com relação à venda aos atravessadores, o que não acontece com os não fornecedores.

A maioria dos entrevistados revelou impacto na geração de renda que possibilita ao agricultor não depender necessariamente de outras fontes. Isso permite ao agricultor a resistência em permanecer na terra produzindo. Evita que o pequeno produtor vire mão de obra barata em grandes centros. No lugar onde é possível estabelecer viabilidade das relações econômicas, é muito mais difícil a expropriação do camponês, seja pela força da posse da terra, seja pelo comércio exploratório.

Mais do que o preço maior, o PAA oferece outra vantagem com relação à comercialização que é a regularidade dos preços. Essa possibilita aos pequenos produtores maior planejamento com relação à previsibilidade do pagamento. A cota por produtor é feita com base em um preço tabelado. Neste caso, o programa assegura o preço fixo durante a vigência do projeto, situação bem menos vulnerável do que a venda no mercado comum, onde os preços variam de forma volátil.

Na maioria das propriedades beneficiadas, o programa possibilitou investimentos na produção, como compra de máquinas e equipamentos, que elevam a produtividade. Desta forma o agricultor atingido por esta política pública pode continuar produzindo mais. Nas entrevistas, percebeu-se uma melhoria na condição de vida de parte da população como: aquisição de motos, construção de cercas dos sítios, aquisição de novas áreas, construção de novos criadouros e etc.

Com relação à comercialização no geral, o programa possibilitou ao camponês uma ampliação do mercado consumidor, dando a ele mais opções de canais de comercialização, embora no município haja um número muito pequeno de fornecedores do PAA e os recursos de cota sejam limitados. Os contemplados pela política pública se distanciam dos demais, pois

há uma configuração diferenciada em relação àqueles que não são contemplados. De todo modo, os recursos que são adquiridos pelo fornecimento dos produtos ao programa se configuram numa ajuda interessante, mesmo ainda não se mostrando suficiente para manter a unidade produtiva.

O PAA não beneficia somente o produtor, também beneficia aqueles que consomem o produto e participam da rede socioassistencial, embora não seja o foco da pesquisa. O programa beneficia diretamente pessoas em situação de vulnerabilidade social, o que deve ser levado em conta. Assim o programa busca atenuar dois problemas, a vulnerabilidade da agricultura familiar, e proporcionar uma alimentação de qualidade as pessoas que não tem condições para isso.

O programa também possibilitou apoio à produção agroecológica, oferecendo vantagens financeiras nos preços dos produtos que são produzidos desta forma. Este subsídio fomenta o reencontro destes agricultores com suas formas mais genuínas de produção, proporcionando, desta forma, uma recriação camponesa, uma readaptação face ao capitalismo. Este tipo de produção ajuda na diminuição do uso de agrotóxicos e produtos químicos, resultando em um produto de maior qualidade e na manutenção das formas tradicionais de produzir.

O programa também apresenta alguns pontos negativos. Ele não consegue substituir completamente o atravessador como canal de comercialização. A cota é baixa. Por exemplo, atualmente é de seis mil reais por ano. Com os preços atuais, a renda auferida no PAA é insuficiente para manter uma unidade familiar. Isso faz com que o agricultor busque alternativas para a venda de seus produtos. Alguns produtores complementam a venda com o PNAE, que possibilita um maior alcance destas produções.

Alguns agricultores relataram a burocracia como um ponto negativo. O fato de ter acesso à DAP (Declaração de Aptidão do PRONAF) ser através de projeto limita o acesso. Foi lembrada, também, a questão de existir uma pausa entre o encerramento de um projeto e início da vigência de outro, assim como a questão dos atrasos na liberação dos recursos. As políticas públicas se configuram num universo formalista, enquanto que a produção familiar não se enquadra bem nesse modelo.

De certa forma é percebido uma relativa concentração do programa nas mãos de determinadas pessoas que têm influência no cenário político local. A exemplo de outros lugares, no município de Lagoa Seca, a quantidade de pessoas que participam é pequena com relação ao universo de produtores. E os que são beneficiados geralmente têm parentesco uns com os

outros. Além disso, determinadas áreas do município são totalmente deixadas de lado em detrimento de outras.

Percebe-se também uma centralização de poder muito grande nas mãos dos presidentes das associações rurais de produtores. Estes recebem o dinheiro, fazem transporte de mercadorias, coordenam a elaboração dos projetos, coordenam entrada e saída de pessoas no programa. Este fato favorece a perseguição política, e põe em risco a democratização do acesso ao programa.

Em alguns, a dificuldade na certificação de alguns produtos faz com que o agricultor tenha perdas financeiras. Vários produtores que possuem produção agroecológicas, tem os seus produtos pagos como convencionais. No caso da produção dos avicultores do município, os mesmos revelaram abater os produtos no município de Monteiro, a mais de 120 km de distância, porque não dispõem de uma certificadora pública nas proximidades. Esta relação tem obrigado vários agricultores a se desmotivarem com esta política pública.

O Programa de Aquisição de Alimentos se configura enfim como uma base de sustentação ainda pequena para o agricultor, mas demonstra que um dos caminhos para tirar a agricultura familiar da inércia é o desenvolvimento do mercado institucional. Esse canal sendo ampliado pode ser um reforço significativo para a resistência e a recriação camponesa. Em suma, o programa pode ser o início de um movimento novo na construção de políticas públicas que atendam as necessidades dos pequenos produtores.

Referências Bibliográficas

ANDRADE JÚNIOR, Remy Corrêa de. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA). **Cadernos do CEOM** – Ano 22 n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, 2009.

BRASIL, Lei 10.696, de 02 de julho de 2003.

_____, Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

DELGADO, G.D; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; OLIVEIRA, J.J; **Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. (Texto para discussão). Brasília, IPEA, 2005.

_____. **Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Disponível em:

<http://www.inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewFile/9/7>. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

DORETTO, Moacyr. MICHELLON, Ednaldo. **Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná**. Disponível em http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf. Acesso em 21 de janeiro de 2014.

EVANGELISTA, Francisco Raimundo. **Agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil, Escritório técnicos de estudos econômicos do Nordeste- ETENE, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

GRIZA, Cátia. [et. Al]. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**. v. 8 - n. 3. Setembro de 2011.

_____. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo demográfico de 2000: Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 23 de novembro de 2011.

_____. **Censo demográfico de 2010: Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 23 de novembro de 2011.

MATTEI, Lauro. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina**. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/6/403.pdf>. Acesso em 01 de fevereiro de 2015.

MULLER, Ana Luíza. **A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO NETO, M. P.. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Lagoa Seca – PB** [manuscrito]: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar. [Dissertação de mestrado]. UEPB – CCSA, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de. *O campo brasileiro no final dos anos 1980*. In: STÉDILE, Pedro João. **A questão Agrária no Brasil**. vol. 6. 2ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2013.



PORTAL BRASIL, **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

VIEIRA, Deborah de F. A. VIANA, Carla A. dos S. **O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>. Acesso em: 21 de janeiro de 2014.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas.** Tradução [Oswaldo Caldeira C. da Silva]. Revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

ZIMMERMANN, S.A.; FERREIRA, A.P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. **Aun hay tiempo para el sol: pobreza rurales y programas sociales.** Rio de Janeiro: Action Aid, 2008.